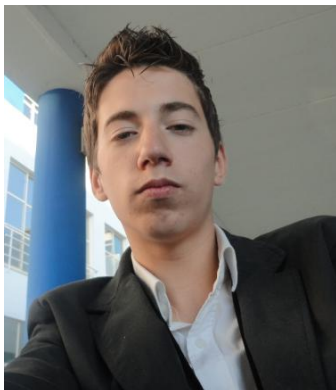


Assim nascem os políticos de amanhã



André Correia Antunes
Jornal "Novas do Gil"

Desde 2004 que a Assembleia da República desenvolve, anualmente, o projeto do Parlamento dos Jovens, com o objetivo de promover a integração e participação dos jovens do 5.º ao 12.º ano de escolaridade na atividade política do nosso país, proporcionando uma noção mais completa sobre a função de cada órgão político e desenvolvendo o gosto pela democracia.

Este ano, enquanto se ouvem rumores sombrios pelos Passos Perdidos acerca da possibilidade de o projecto não ter continuidade, as escolas seguiram mais uma vez o caminho das três etapas que se têm repetido desde 2004. Primeiro, a Sessão Escolar, depois a Sessão Distrital e, por último, a Sessão

Nacional.

Opiniões

É dia 2 de Maio de manhã. Com os olhos ensonados, seguimos para o Colégio Sete Fontes em Braga, de onde partirá o autocarro com os alunos do Minho. O nosso grupo parlamentar, Tiago Peixoto e Miguel Rodrigues já conhece algumas das caras da Sessão Distrital. Há cinco anos que a escola participa no projeto mas nunca passou além da sala do IPJ de Braga. Este ano, porém, o grupo parlamentar estava mais confiante, com todo o trabalho de casa feito.

Mal o ano tinha começado, já os alunos cirandavam em torno da professora Rosa Maria Gomes e do professor Manuel Anastácio a perguntar quando se fariam as listas. Já se discutiam pelos corredores e no recreio quais as medidas a defender. O tema era a Violência em Meio Escolar. E as opiniões dividiam-se, como continuaram a dividir-se, aliás, até ao último dia da Sessão Nacional. É isso a Democracia. Se todos tivéssemos as mesmas ideias, não haveria necessidade de qualquer tipo de Democracia. Uma Ditadura bastava.

Havia quem propusesse medidas mais repressivas, mais vigilância, em defesa da ordem nas escolas. "A permissividade cria Sociedades decadentes", diz uma jovem deputada na Sessão Distrital. Outros, que acreditam que não é com vinagre que se matam moscas, defendem, por outro lado, acompanhamento psicológico das vítimas, mas também dos agressores. Defendem que não se deve seguir por caminhos que empurrem os agressores da sua marginalidade para uma exclusão ainda mais profunda. Quem está certo? Talvez todos, em parte. A discussão ainda está no seu início. Até os adultos têm sérias dúvidas quanto à forma como lidar com este

fenómeno. Os mais jovens, por outro lado, parecem cheios de certezas até ao momento em que numa Sessão Escolar, ou mesmo na Distrital, alguém semeia a dúvida. E não é raro, por aqui, que os deputados mudem de ideias. Isso acontece a meio da Sessão Nacional, na segunda comissão, presidida pelos deputados Emídio Guerreiro, do PSD e Miguel Tiago, do PCP. Um jovem deputado critica duramente uma das propostas do Círculo de Braga e, passados alguns minutos, está votar a favor dessa mesma medida. Os professores comentam a reviravolta: “mudar de opinião é sinal de inteligência”. O importante são os argumentos.

Os argumentos e a oratória. É preciso conquistar os ouvintes. Na escola já se prevê, logo no início do ano, quem está em melhores condições de representar a E B 2, 3 Gil Vicente no auditório do Instituto Português da Juventude, em Braga. Os alunos que passaram na Sessão Escolar não são estreantes e já conhecem como as coisas funcionam na Distrital. A maior parte das listas inscritas, porém, são de alunos do 5.º ano de escolaridade. Mais acanhados, lendo as suas medidas diretamente do Powerpoint, leva algum tempo a libertarem-se do receio e da inexperiência. Mas ainda há poucos anos atrás que os alunos eleitos na Sessão Escolar também estavam no 5.º ano de escolaridade. E também nessa altura não sabiam bem o que fazer.

Determinação



Uma aluna do quinto ano, que não foi eleita, não sai do salão de alunos desanimada. “Para o ano, vou ganhar isto”, diz. Mas ganhar, ganham todos com toda a discussão. As ideias tomam forma. Outras vezes, deformam-se. Há professores que se queixam que as medidas vão piorando desde que são escritas pelas listas concorrentes na escola até ao momento final, na Assembleia da República. “O corta e cose constante de medidas, por vezes

contraditórias, resulta em projectos de recomendação incoerentes em muitos aspetos”, diz um professor que nos acompanha a caminho de Lisboa. No autocarro, dia 2 de Maio, relembra-se o caminho percorrido até ali. Os alunos, deputados e repórteres, conversam com os professores e debate-se tudo. Política, principalmente. Numa estação de serviço, uns senhores engratados e com ar sério admiram-se com o tópico da conversa de um grupo de alunos e pergunta onde vão. “Vamos à Assembleia da República. Somos deputados”, diz um dos alunos com um sorriso irreverente. O senhor não se afasta muito convencido.

Muitos alunos já se descrevem como sendo de direita ou de esquerda. Fala-se de Democracia, de Ditaduras, de totalitarismo, neo-liberalismo e comunismo. Fala-se da crise. Do que se ouviu ao comentador desta e daquela televisão e sobre a representatividade das várias opiniões políticas. Um professor lança o tema do “pensamento único”. E há logo quem defenda a união das pessoas num momento tão difícil. E quem diga que a união não é possível, a não ser que seja forçada. Fala-se, claro, de Salazar e da União Nacional. Fala-se de tudo. Estamos a chegar à Assembleia da República. Um pouco atrasados. Fala-se desta característica, diz-se, dos portugueses. Somos pouco pontuais ou não. Discute-se ainda enquanto saímos do autocarro já depois das treze horas e meia.

A Assembleia da República



Os professores acompanhantes e os jornalistas seguem por uma porta à esquerda. Os deputados entram pela porta principal, como convém à dignidade do cargo. São 130 deputados de escolas de todos os distritos de Portugal, Regiões Autónomas e Europa (Escola Cycle d'orientation des Grandes Communes – Genebra). Seguimos para as salas onde decorrerão as Comissões de debate dos projetos de recomendação na generalidade e na especialidade.

Os Projetos de Recomendação aprovados nas Sessões Distritais realizadas nos círculos eleitorais foram lidos nestes últimos dias e os deputados já os conhecem de cor e salteado. Nestas reuniões, cada círculo apresenta os seus projetos. Seguindo-se a fase do debate, onde cada círculo coloca questões sobre os projetos dos restantes. De seguida, elege-se o Projeto de Recomendação base, para ser alterado no debate na especialidade. Na Segunda Comissão, o projeto de Aveiro passa na generalidade com 19 votos a favor. O debate é animado. O tema da crise entra, como um clandestino disfarçado, nos argumentos dos deputados. Afinal há ou não há dinheiro para contratar mais pessoal capaz de lidar com os problemas de violência na escola? Para alguns círculos, dinheiro não falta. Está é mal aplicado, dizem. As diferenças políticas entre os círculos são evidentes. Mas une-os a vontade de apresentar o melhor projeto de recomendação possível. Nisso, estão unidos e mostram-se muito menos parciais que os deputados que todos os dias vemos na televisão e nos jornais. É certo que ainda não são membros de partido político algum. Ainda não adotaram uma ideologia. Falam por aquilo que sabem da vida. Que os jovens também sabem coisas sobre a vida. “Que depois esquecem”, diz uma professora acompanhante. Ficamos sem saber se também ela se esqueceu dessas coisas, e se as esqueceu, como é que sabe que as esqueceu. Mas, ainda que a Filosofia também para aqui seja chamada, a verdade é que estamos no terreno mais restrito da Política.

Segue-se a votação das perguntas a serem apresentadas no dia seguinte na Sessão do Plenário. Cada círculo fará uma, dirigida a um dos partidos com assento parlamentar. O círculo de Braga perguntará, à deputada Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, qual a sua opinião sobre a proposta de redução do número de deputados na Assembleia da República e o efeito que isso poderá ter na pluralidade do debate democrático. O deputado Miguel Tiago, que dirige a Comissão, não esconde a sua aprovação, até porque o seu partido seria um dos lesados com a aplicação da medida. O mesmo acontecerá com a deputada Catarina Martins que sublinha, logo no início da sua resposta, no dia seguinte, que esta é uma pergunta que já traz em si a resposta. Interessante seria ouvir a resposta dos representantes dos Partidos Políticos que defendem a medida, mas o tempo aperta e não se pode fazer tudo. Os jovens deputados começam a estar com fome.



O fantástico claustro do Palácio de São Bento parece pequeno para a multidão de jovens que continua a discutir os trabalhos, ainda que haja tempo para as conversas típicas da idade e para o estabelecimento de cumplicidades. O momento de descontração continua com um momento cultural. Nem só de política vive o Homem. E, além do pão, que alimenta o corpo, a música é um bem precioso que

dignifica a sala do Senado. Até o retrato de D. Luís parece ouvir e aprovar com séria gravidade o virtuosismo d' "Os Pequenos Violinos da Metropolitana".

Menos acertada foi a hora do jantar, logo depois do concerto. Os deputados ainda há coisa de uma hora que lancharam e já seguem para o jantar, de novo nos claustros. Mas como o dia ainda não acabou e há ainda muito para conversar nos seus locais de alojamento, com toda a confusão que já se prevê nestas situações, faz-se um esforço e desfruta-se de mais um salgado ou de uma sobremesa, enquanto o céu sobre Lisboa começa levemente a dar sinais do final do dia.

Valeu a pena?

O círculo de Braga segue para o INATEL de Oeiras. Correm boatos sobre as más condições do alojamento, mas tudo se desvanece ao chegarmos. O local é bonito, junto ao mar, e a cumplicidade gerada entre os jovens prolonga-se num convívio que nenhum irá esquecer enquanto for vivo. Mais que políticos, formam-se aqui cidadãos. E a amizade, se não faz parte da cidadania, devia. Sendo a nossa escola de Guimarães, seriam de prever alguns atritos com os alunos de Braga. É histórica e bem documentada a rivalidade entre os dois concelhos. Mas, entre piadas bairristas, o que fica destes dias é uma perfeita comunhão de sentimentos. Não só porque, afinal, somos iguais, mas, principalmente, porque somos diferentes.



Amanhece o dia 3 de Maio com o som das ondas ao fundo e com uma noite que, se não foi toda passada a dormir foi porque as palavras nos mantiveram acordados. Apenas vinte e quatro horas se passaram desde o momento em que, quase desconhecidos, seguimos em direção a Lisboa e, na fila para o pequeno almoço, já somos um outro grupo, maior, mais

coeso, sem sede de protagonismos vãos. Seguimos de novo para a Assembleia da República. Os projetos aprovados nas comissões já circulam de mão em mão e vão sendo sublinhados, rasurados, comentados.

Na abertura do Plenário, pelo Presidente da Comissão de Educação e Ciência, as primeiras palavras, unanimemente consideradas como inteligentes e acertadas, foram ditas por volta das dez horas. Começa assim o dia mais importante no que diz respeito ao trabalho dos deputados.

A Mesa, que comandará os trabalhos, é constituída por jovens deputados: Lisandra Maravilha (cujo apelido não tinha deixado de servir como mote para galanteios por parte de outros deputados – bem, e de jornalistas também, confesso), Presidente, eleita no círculo de Viseu; Francisco Maia, Vice-Presidente, eleito no círculo do Porto; Catarina Boto, Primeira Secretária, eleita no círculo de Aveiro e Catarina Barão, Segunda Secretária, eleita no círculo de Faro.



Procedeu-se então ao período de perguntas aos Deputados em representação dos Grupos Parlamentares. As perguntas primam pela qualidade. As respostas são ouvidas com atenção por todos. Hoje, excepcionalmente, as bancadas também se manifestam e batem palmas conforme a aprovação, ou não, por parte do público, do que é defendido pelos deputados.

Fosse isto uma ata e dir-se-ia que se passou para o segundo ponto da ordem de trabalhos, ou seja, o Debate da Recomendação à Assembleia da República, onde cada comissão apresentou os seus projetos, para que apenas um seja escolhido para ser alterado, e posteriormente apresentado na Assembleia da República. Durante o Debate, os jornalistas tiveram o privilégio de estar presentes numa conferência de imprensa com o Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.



O presidente é uma pessoa extremamente afável e estabelece empatia facilmente com os jornalistas à sua volta. Só por essa razão me atrevo, mero jornalista observador que sou, a publicar a fotografia que lhe tirei, onde parece que se prepara para tocar piano. Tendo-lhe sido perguntado se pensava se este programa contribuía ou não para uma Democracia mais participativa, o Senhor presidente afirmou que, “em comparação com os

jovens que não participaram neste projeto, quem participou está muito mais preparado”, e

que “o debate político não tem apenas a ver com partidos, mas com o nosso dia a dia, até quando discutimos com os nossos pais”. “Apresentando cada um os nossos argumentos, e posteriormente determinando o melhor, estamos a praticar um debate político, e a promover a Democracia”. Houve ainda a possibilidade de perguntar se, neste momento que o país está a atravessar, seria mais importante investir na Educação ou em algo que dê lucro a médio e longo prazo, ao que o Senhor Presidente começou por frisar que “não há nada que dê mais lucro a médio prazo e a longo prazo do que a Educação”, e que “o momento que o país está a atravessar já não é uma novidade, a única diferença é que atualmente há maior acompanhamento por parte da Comunicação Social”. Acrescentou, numa nota positiva, que “a crise têm os seus aspetos positivos, ao levar as pessoas a peneirar os seus gastos, ou seja, a eliminar o que não é necessário”. Terminou dizendo que “as pessoas têm de se convencer de que têm de fazer alguma coisa”.

Enquanto isto era dito, na Sala do Senado, o Círculo de Braga participava na discussão de forma acalorada. O ímpeto oratório do porta-voz, Ednovan Pedro e a assertividade da deputada Margarida Almeida inflamava o auditório em defesa da formação de recursos humanos que saibam gerir os casos de violência e a necessidade de criar formas de juntar forças na resolução do problema da Violência Escolar. Os deputados eleitos pela nossa escola não tiveram oportunidade de intervir diretamente, mas era visível que o círculo funcionava como uma equipa coesa, com aceso debate interno. O protagonismo foi dado às ideias defendidas pelo Círculo. Não se procurava aparecer, mas fazer, numa louvável lição de modéstia e humildade. Tanto assim é, que a escola Gil Vicente, de Urgezes, Guimarães, foi eleita este ano, na Sessão Distrital muito graças a um brilhante discurso de Tiago Peixoto, e que lhe valeu o apelido de “Kennedy” por parte dos outros deputados presentes na Sessão Distrital.

Depois do almoço seguiram-se as últimas intervenções, onde se destacaram as infundáveis palmas para todos aqueles que tinham contribuído para dois dias memoráveis e para um projeto que se estende muito além das paredes do Palácio de São Bento. Por fim, o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, discursou de novo, apelando a todos os jovens para que mantivessem a chama de que tinham dado provas nestes dias.

O final? Terminou com abraços de despedida, novamente no Colégio de Sete Fontes. O final? Não será antes um glorioso início? Esperemos que sim. O país precisa que seja afirmativa a resposta a esta pergunta.

E B 2, 3 Gil Vicente, Urgezes, Guimarães

Ano lectivo 2010 / 2011